

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO.

Tatiane de Fátima Kovalski Martins ¹
Flávia Obino Correa Werle ²

RESUMO

O presente texto tem por objetivo trazer o relato de pesquisa realizada sobre a formação de professoras no município de Portão no Rio Grande do Sul. A formação de professoras esta ligada diretamente a construção de uma educação de qualidade, pois perpassa desde o atendimento as crianças, proposito e finalidade de toda a estruturação democrática do ensino e as políticas de incentivo e construção de sistemas de atendimento. A metodologia utilizada foi estudo de caso focando, primeiramente nas políticas públicas municipais e em seguida direcionando para uma escola municipal de educação infantil. Pesquisas focados em pequenas realidades educacionais proporcionam a observação e análise das práticas vivenciadas a partir da elaboração das políticas neste caso as direcionadas a formação de professores. Estudos que compreendem a elaboração, implementação e avaliação das políticas nos mostram especificidades que de acordo com Mainardes (2006) são o processo evolutivo e a própria finalidade da política. Os resultados da pesquisa demonstram políticas que contribuem para o desenvolvimento da educação infantil no município, pois encontramos investimentos adequados ao crescimento profissionais dos docentes no quadro de carreira municipal. Concluímos a investigação confirmando a hipótese que quando ocorrem investimentos planejados na formação de professoras há uma contribuição no desenvolvimento e avanço da educação pública oferecida pelo município.

Palavras-chave: Formação de professores. Educação Infantil. Qualidade da Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge como tarefa na disciplina Leitura Dirigida II: Gestão Educacional: paradigmas teóricos e tem como tema principal a escolha de uma perspectiva da gestão e sua posterior análise no contexto da prática, mediante pesquisa de campo e associação aos debates realizados em aula, bem como a bibliografia sugerida no decorrer da disciplina. Assim, optou-se pela perspectiva da Formação de Professores da educação infantil e as políticas municipais para sua implementação e efetivação.

A escolha está vincula a compreensão de que Educação Infantil de qualidade, necessariamente deve estar vinculada a formação constante dos professores que estão envolvidos com o atendimento a criança no espaço escolar.

Esta pesquisa tornou-se necessária à medida que se propôs a investigar e descrever as principais ações administrativas e pedagógicas realizadas para a formação docente no município de

¹ Doutoranda em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. tatiane.kovalski@gmail.com

² Professora orientadora. Doutora, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. flavia2008@gmail.com

Portão, Rio Grande do Sul (RS), bem como a descrição das condições de trabalho das professoras³ e demais profissionais da educação infantil.

A identificação das propostas vigentes para a formação de professoras nos proporciona subsídios para a compreensão de como a busca pela qualidade da educação está associada (ou não) as prioridades da administração pública municipal, bem como a oferta de um ambiente adequado ao trabalho educacional as profissionais da educação. Como nos mostram os estudos de Rosemberg 2015 e Campos 2011.

O objetivo deste relato foi identificar quais as principais ações administrativas municipais que estavam sendo realizadas para garantir a formação das professoras e demais profissionais que atuavam nas escolas de educação infantil. É importante destacar que a investigação foi direcionada apenas ao relato sobre a formação das profissionais que estavam nas escolas de educação infantil, atuando diretamente com as crianças.

Os objetivos específicos permeavam a identificação de quais seriam as principais ações administrativas e pedagógicas que estavam sendo realizadas pela administração pública municipal para a formação docente que atuavam na educação infantil. Outro importante objetivo versava na compreensão de como as ações administrativas voltadas à formação auxiliavam no desenvolvimento de uma educação infantil com qualidade.

Na realização deste estudo, partiu da hipótese que, encontrar-se-iam subsídios referentes à formação dos professores e demais profissionais envolvidos com a educação infantil, bem como, que o ambiente de trabalho oferece condições adequadas ao desenvolvimento da educação infantil.

Por fim, destacamos que o presente texto está organizado em tópicos, posterior a esta introdução, há a descrição metodológica, posteriormente uma breve contextualização da história da educação infantil do município e da escola pesquisada e após foi realizada a descrição das ações administrativas encontradas para a formação das professoras da educação infantil, e por fim, a análise das condições de trabalho associadas a formação oferecida pela administração pública municipal.

Fundamentação Teórica

Compreender como se estabelecem as ações para melhoria da educação necessariamente significa compreender como são propostas as ações para formação e valorização dos professores. Sendo os professores grandes agentes de elaboração e implementação de ações que fazem parte fundamental dos processos educacionais, estes devem ser interpretados e compreendidos de acordo com a dinâmica

³ Neste texto será utilizado o termo professoras no feminino, por termos conhecimento que no município de Portão, o quadro docente e de funcionárias nas escolas municipais de educação infantil é formado exclusivamente por mulheres.

social e cultural que se estabelecem nas relações pré-estabelecidas no período histórico em que as pesquisas são desenvolvidas. Isso porque:

“Os professores são geridos (e modificados) através da definição de pré-requisitos apropriados, de acordo com diferentes níveis de responsabilidade. Estes pré-requisitos começam a ser considerados como competências e tornam-se critérios a cumprir, operando como filtros e como monitores de sua prestação” (OZGA, 2001, p.52)

Assim compreendemos a importância dos professores nos processos sociais que são estabelecidos no contexto histórico e cultural que estamos vivenciando onde o investimento na carreira docente é fundamental para o estabelecimento de políticas de qualidade na educação.

Ao pensarmos em qualidade devemos ter claro o processo de diálogo e de negociação sobre o que compreendemos e estabelecemos por qualidade, pois este é um termo polissêmico que requer negociação constante entre os envolvidos nas disputas políticas e sociais que a envolvem. Assim

As definições de qualidade dependem de muitos fatores: os valores nos quais as pessoas acreditam; as tradições de uma determinada cultura; os conhecimentos científicos sobre como as crianças aprendem e se desenvolvem; o contexto histórico, social e econômico no qual a escola se insere. No caso específico da educação infantil, a forma como a sociedade define os direitos da mulher e a responsabilidade coletiva pela educação das crianças pequenas também são fatores relevantes. (MEC, 2009, p.13)

A formação dos professores, portanto é um campo de disputas onde podemos perceber os interesses de determinados governos em relação à educação. Também podemos observar o quanto o contexto social envolve-se com as questões políticas no campo educacional tencionando e apoiando as questões de formação profissional dos professores.

METODOLOGIA

A metodologia escolhida para a realização desta pesquisa foi o estudo de caso, pois se dedica ao estudo de uma realidade específica a ser investigada. De acordo com Barros e Lehfeldd:

A terminologia “estudo de caso” surge na pesquisa como uma forma de análise profunda de um caso individual. [...] caracteriza-se como metodologia de estudo que

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

se volta à coleta de informações sobre um ou vários casos particularizados. É também considerado como uma metodologia qualitativa de estudo pois não está direcionada a se obter generalizações de estudo e nem há preocupações com tratamento estatístico e de quantificações dos dados em termos de representação e/ou de índices. (BARROS; LEHFELD. 1988, p.84)

Partindo desta concepção de estudo de caso, temos a pretensão de analisar a formação docente de forma ampla e qualitativa, uma vez que as ações encontradas serão descritas de forma sistêmica, preocupando-se com sua descrição desde que favoreça o avanço da qualidade da educação infantil no município, pois compreendemos que um ensino de qualidade necessariamente comporta a formação das professoras que nele atuam.

Temos a compreensão de que qualidade é um conceito em constante transformação e para que ela seja de fato efetivada na educação infantil a formação de professoras deve ser requisito para o melhor desenvolvimento da criança, pois se tem a compreensão de *“que ‘qualidade’ não se traduz em um conceito único, universal e absoluto, de tal modo que diferentes setores da sociedade e diferentes políticas educacionais podem torna-lo de modo absolutamente diverso.”* (CORREA, 2003, p.87).

DESENVOLVIMENTO

A Escola Municipal de Educação Infantil pesquisada, está localizada na cidade de Portão, Região do Vale do Rio Cai, Rio Grande do Sul.

A Secretaria Municipal de Educação é a mantenedora da toda a rede municipal de ensino e responsável pela contratação de todas as profissionais que trabalham na escola.

A história da escola está associada diretamente à história da educação infantil no município, pois a EMEI foi à primeira escola de educação infantil a iniciar o atendimento as crianças pequenas no município, em 1985, completando 35 anos de atividades em 2019.

Inicialmente as atividades eram coordenadas pela Secretaria de Assistência Social sendo o atendimento direcionado as crianças em situação de vulnerabilidade social cujas mães estivessem trabalhando. Como critério para a entrada na vaga, especificamente, a mãe deveria ter contrato de trabalho com registro, estes eram os dois pré-requisitos – condição social e trabalho feminino.

O atendimento na creche era realizado por mulheres, indicadas pelo prefeito municipal, que tinham como tarefa zelar pelo bem-estar físico das crianças. Ao todo, eram atendidas entre 40 e 50 crianças divididas em duas salas. As refeições eram feitas por uma cozinheira, também indicada pelo prefeito e o atendimento envolvia o horário das 6 às 19 horas, neste período era oferecido 07 (sete) refeições e banho ao término da jornada diária.

Esse quadro de atendimento teve o seu ciclo até meados dos anos 1996, de acordo com informações de profissionais que trabalhavam na escola, nesta época o ciclo começou a se alterar com as novas discussões sobre a organização do ensino a nível brasileiro.

No ano de 1997, logo após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em dezembro de 1996, a creche passou a ser administrada pela Secretaria Municipal de Educação. Essa mudança administrativa proporcionou várias alterações na rotina e na configuração do atendimento oferecido até então pela creche.

As primeiras mudanças de acordo com os documentos e relatos orais obtidos, versam sobre a forma de organização das profissionais e as atividades realizadas durante o dia a dia na creche.

Neste período foi proporcionada a oferta do curso de magistério a todas as atendentes cuja mensalidade foi paga pela administração municipal. Esta política focada na formação mínima das atendentes, trouxe uma significativa mudança à forma de atendimento as crianças. Cabe registrar que as profissionais que não desejaram a formação no nível de magistério foram encaminhadas a distribuição interna para um novo cargo na administração municipal.

Também nesta época, iniciaram-se as contratações de estudantes do curso de magistério e de pedagogia para o atendimento direto com as crianças e por sala passaram a ser 03 (três) professoras responsáveis pelo atendimento durante o dia.

No ano de 2005, houve no município, uma ruptura em todo o ciclo educacional que envolvia a educação infantil, tanto quanto ao atendimento a crianças como em investimentos na contratação de profissionais que atuariam nas escolas de educação infantil. Neste ano a administração municipal propôs e lançou edital para a contratação via concurso público para professores para atuarem nas escolas municipais de educação infantil, exigindo como formação mínima o curso de pedagogia. Esta ruptura de um ciclo de atendimento e ao mesmo tempo importante investimento, pôs a educação do município como prioridade à administração

municipal, focando a qualidade do ensino, como investimento de longo prazo a ser mantido e investido.

Neste primeiro processo seletivo, foram nomeadas 10 professoras, para a escola pesquisada, todas com o curso de pedagogia e as professoras formadas pela gestão municipal a nível de magistério passaram a ser atendentes, auxiliares das pedagogas nas atividades diárias. Neste período, a escola já contava com 04 (quatro) salas de aula, 68 (sessenta e oito) crianças, 16 (dezesesseis) professoras e 01 (uma) diretora além das demais profissionais que contribuíam para o desenvolvimento da rotina escolar como merendeiras, auxiliares de limpeza, coordenadora pedagógica e supervisora de ensino (essas duas últimas com carga horária de 4 horas semanais na escola).

É importante fazer essa revisita a história do atendimento na creche, porque assim podemos perceber que nem sempre houve a compreensão da importância de uma professora para a realização das atividades com as crianças, essa percepção inicia no Município de Portão, com a efetivação de uma política nacional (a LDBEN 9394/96) que direcionava e obrigava os entes federados a adequarem-se as normativas de padrões mínimos a garantia do direito ao acesso e a qualidade do serviço oferecido pelo poder público municipal às crianças.

No ano 2000, também cumprindo as novas regras da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 9494/96), o município aprovou seu primeiro Plano de Carreira do Magistério Municipal, oferecendo claramente as professoras à descrição de seus deveres, seus direitos e quais suas garantias na continuidade do serviço público no magistério municipal estão sendo oferecidas pelo município.

Os avanços oferecidos no Plano de Carreira, no que diz respeito a formação docente, chamado de *formação continuada da professora* ao ingressar no serviço público municipal refere-se a avanços financeiros quando houvesse a participação da professora em cursos de aperfeiçoamentos ligados diretamente com sua prática pedagógica.

Os avanços eram de 30% sobre o vencimento básico na formação em Pós-Graduação e de 20% sobre o vencimento básico do professor a cada curso de 200 horas. Previa também horas de formação em serviço de acordo com as necessidades da Secretaria de Educação e da escola.

O Plano de Carreira também disponibilizava, a uso da professora, a dispensa de 20 (vinte) horas anuais para qualquer formação sem prejuízo ao seu ordenado e a estrutura escolar desde que apresentasse certificado quanto à participação nos dias dispensados.

Consideramos essa como uma importante política de formação docente, pois garantia que a professora pudesse escolher entre seus desejos profissionais e necessidades pedagógicas, independentemente das necessidades da Secretaria de Educação.

No ano de 2010, com as novas reconfigurações de responsabilidade orçamentária, o município alterou esse plano de carreira, extinguindo os avanços quanto a formação continuada, permanecendo apenas o incentivo de 10% sobre o vencimento básico na formação em Pós-Graduação, 10% na formação em Mestrado em Educação e 15% quando houver formação em Doutorado em Educação.

Quanto ao Plano de Carreira do Magistério Municipal na cidade de Portão, pode-se perceber a desvalorização financeira do trabalho docente, mas que configuravam no novo quadro de responsabilidade fiscal ao qual o município está ligado.

Os avanços previstos no 1º plano quanto a “*formação efetiva da professora*” foram supridos do novo plano de carreira, sendo ditos “*alterados*” pela formação em nível de Mestrado e Doutorado. Ao fazermos o cálculo quanto a diferença entre os salários das professoras que entraram no município até 2010 e após a data temos uma diferença de até 40% sobre a realização das mesmas atividades educacionais na EMEI, o que é visto pelas próprias docentes como um retrocesso na política municipal de formação e valorização das professoras.

A Secretaria de Educação cumpre a previsão de 1/3 de hora-atividade a todas as professoras da rede municipal de ensino, independentemente do nível de ensino, de acordo com a sua carga horária seja ela de 20 ou 40 horas semanais. Assim desta carga horária 6 ou 12 horas de trabalho são dedicadas ao planejamento das ações diárias, organização de materiais e atendimento às famílias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo descrito as ações mais significativas que a administração municipal realiza quanto à formação das professoras, pode-se perceber que apesar de terem havido retrocessos no que se refere a avanços salariais entre o Plano de Carreira do ano 2000 e o Plano

de Carreira do ano 2010, ainda podemos afirmar que no município há a o incentivo ao ingresso no magistério público municipal e que este oferece condições para a permanência das professoras no município.

Quando retornamos a descrição da Dimensão Formação e Condições de trabalho das professoras e demais profissionais, podemos dizer que a administração municipal conta com “*Professores bem formadas, com salários dignos que contam com o apoio da direção, da coordenação pedagógica e dos demais profissionais*” (MEC, 2009, p. 54), e que está assegurando que as condições de trabalho e permanência no ensino público municipal seja efetivada pelas professoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se esse trabalho, tendo a percepção de que a formação das professoras e a garantia de um bom ambiente de trabalho na escola, onde se realizou a pesquisa está sendo assegurada, de acordo com o previsto na legislação vigente e conforme as possibilidades do Município.

REFERÊNCIAS

BALL. S. J., La micropolítica de La escuela: Hacia una teoria de La organización escolar. Barcelona: Ediciones Paidós, 1987.

BRASIL. Emenda Constitucional n.59 de 2009. Dispõe sobre escolaridade obrigatória. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm>. Acesso em: 6 nov. 2012.

BRASIL. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf>. Acesso em: 2 mai. 2015.

BRASIL. LDBEN, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Parâmetros Nacionais de qualidade para Educação Infantil V1. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>>. Acesso em: 2 mai. 2015.

BRASIL. Parâmetros Nacionais de qualidade para Educação Infantil V2. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol2.pdf>>. Acesso em: 2 mai. 2015.

CAMPOS. M. M., Entre políticas de qualidade e a qualidade das políticas. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, 2013, v. 43, n. 148, p. 22-43.

CORREA. B. C., Considerações sobre qualidade na Educação Infantil. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, 2013, n. 119, p. 85-112.

Dourado, L. F., Oliveira, J. F. (2009, maio/ago.). A Qualidade da Educação: perspectivas e desafios. Cadernos Cedes, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 201-215.

JR. KUHLMANN. M., Histórias da Educação Infantil brasileira. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 14, p. 5-19.

LESSARD. C., CARPENTIER. A., Políticas Educativas: A aplicação na prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MEC. Contribuições para a Política Nacional: a avaliação em educação infantil a partir da avaliação de contexto. Curitiba: UFPR, 2015.

OZGA. J., Investigação sobre Políticas Educacionais: Terreno de contestação. Porto: Porto, 2001.